

Fazenda terá maior programa de recuperação fiscal

Programa de Transação Tributária tem como meta recuperar o maior percentual possível de R\$ 9 bilhões

A Secretaria da Fazenda de Alagoas (Sefaz/AL) e a Procuradoria Geral do Estado (PGE/AL) darão início ao maior programa de transação tributária da história, sendo pioneiro no Nordeste. A iniciativa possibilitará a recuperação de créditos tributários superiores a R\$ 1 milhão, por meio da compensação parcial da obrigação tributária utilizando-se de créditos contra o Estado, enquanto o valor remanescente deverá ser pago em moeda corrente.

Estima-se que aproximadamente R\$ 9 bilhões em débitos com o fisco alagoano poderão ser negociados. Os interessados vão poder aderir ao programa a partir de 1º de agosto. Todos os detalhes poderão ser conferidos nos próximos dias em publicação

do Diário Oficial do Estado (DOE).

Este novo Decreto alterará o Decreto nº 1.738/2003, que regulamenta a Lei nº 6.410/2003, ao incluir hipótese que possibilite a liquidação de até 40% de crédito tributário referente ao ICMS, decorrente de fato gerador ocorrido até 31 de dezembro de 2021, por meio de utilização de créditos contra o Estado de Alagoas nos termos da Lei nº 6.410/2003. Destaca-se que o saldo remanescente deve ser extinto mediante pagamento em moeda corrente, podendo ser utilizado o incentivo previsto no Decreto nº 71.800/2020.

Para isso, os contribuintes que se encontrarem com seus débitos ajuizados ou em discussão administrativa deverão abrir mão da discussão

judicial ou administrativa de seus débitos. Com a adesão pelo contribuinte, calcula-se o recebimento em dinheiro de até aproximadamente 60% do crédito tributário no prazo de até 90 dias.

RETOMADA

O secretário de Estado da Fazenda, George Santoro, enfatiza que esta ação faz parte do Plano de Retomada da Economia Alagoana, sendo uma excepcional oportunidade para os contribuintes se regularizarem e limparem seus balanços, proporcionando uma oportunidade para as empresas iniciarem em 2023 com novos horizontes e oportunidades. Também irá promover uma grande injeção de recursos na economia pelo pagamento de milhares de sentenças transitadas em julgado. No curto prazo a me-



Secretário George Santoro enfatiza que ação faz parte do Plano de Retomada da Economia Alagoana

diada ajudará ainda mais no movimento do comércio alagoano o que proporcional a abertura de muitos empregos. Tal medida, neste momento, é extremamente importante no atual cenário econômico de juros alto e economia com baixíssimo crescimento.

“É importante registrar que a negociação desses créditos judiciais representará ingresso de novos recursos principalmente para os servidores públicos que são os principais detentores de crédito. Com a abertura do prazo de adesão eles poderão

negociar junto às empresas e escritórios de advocacia seus créditos judiciais, possibilitando receber os valores que estão aguardando há muito tempo. Com os recursos em mãos, haverá injeção de valor significativo na economia do Estado, o que deve movimentar o comércio alagoano”, ressalta.

De acordo com o secretário especial da Receita Estadual, Luiz Dias, o programa estimula o contribuinte a regularizar suas pendências com o fisco Estadual, promovendo ainda a recuperação de mon-

tantes que seriam inviáveis de quitação em condições diversas às propostas na medida apresentada, devido ao seu valor expressivo.

“A proposta busca promover a diminuição de litígios tributários, tanto no âmbito judicial quanto administrativo, litígios esses que se prolongam por tempo indeterminado, inviabilizando a recuperação célere do crédito. Logo, por meio dessa medida prevê-se a oportunidade de desafogar as instituições e otimizar os processos entre o fisco e o contribuinte”, frisa.

Preço do ovo sobe 202% acima da inflação oficial, demonstra estudo

A 3ª edição do “Estudo Sobre Variação de Preços dos Produtos na Pandemia”, realizado pelo Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), mostra que o ovo foi o produto que apresentou a maior variação de preço, com índice de 202,13% acima da inflação oficial.

O estudo analisou o preço de 40 produtos entre os meses de março de 2020 e maio de 2022, sendo que, a variação média de preços foi de 57,50%, o que representa 37,60% aci-

ma da inflação oficial, que foi de 19,9%, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além do ovo, outros produtos também apresentaram diferença significativa na variação de preços em comparação com a inflação, como é o caso da argamassa (20 kg), com 139,46%, açúcar (kg), com 110,51%, farinha de mandioca (kg), com 104,60%, carne bovina, com 91,11%, e o etanol-álcool combustível (litro), com 64,24%.

Apenas dois itens pesquisados ficaram com a variação de preço menor que o IPCA do período, o caderno 10 matérias (un), com -15,43%, e a caneta esferográfica (un), com -12,92%.

“Na primeira edição do estudo, divulgada em agosto de 2021, o produto que apresentou maior variação de preço, acima da inflação oficial, foi o arroz, com índice de 122,97%. Já na segunda edição, de fevereiro deste ano, o destaque foi a carne bovina, que havia au-

mentado 133,70%, nessa mesma comparação. Agora temos os ovos (dúzia), como o grande vilão com índice de 202,13% acima da inflação”, ressaltou o presidente executivo do IBPT, Dr. João Eloi Olenike.

Apenas dois itens pesquisados ficaram com a variação de preço menor que o IPCA do período, o caderno 10 matérias (un), com -15,43%, e a caneta esferográfica (un), com -12,92%.

“Na primeira edição do estudo, divulgada em ago-

sto de 2021, o produto que apresentou maior variação de preço, acima da inflação oficial, foi o arroz, com índice de 122,97%. Já na segunda edição, de fevereiro deste ano, o destaque foi a carne bovina, que havia aumentado 133,70%, nessa mesma comparação. Agora temos os ovos (dúzia), como o grande vilão com índice de 202,13% acima da inflação”, ressaltou o presidente executivo do IBPT, Dr. João Eloi Olenike.

Para obter o valor dos

produtos o IBPT utilizou a base de dados do aplicativo Citizen e sites de venda de produtos on-line. O Citizen é um aplicativo desenvolvido pelo IBPT para auxiliar no controle de gastos e consciência tributária. Por meio do aplicativo, que é gratuito e está disponível para Android e IOS é possível escanear notas fiscais e analisar o volume de compras, além disso, após seis meses de uso contínuo o aplicativo identifica a inflação do usuário.

SINDPREV-AL Filiado à CUT e CNTSS

SINDPREV-AL apoia venda do Livro “Memórias de Um Bipolar”, de Enaldo Simões, aposentado do Ministério do Trabalho

O SINDPREV-AL apoia esta iniciativa cultural e de conscientização sobre o transtorno bipolar

O **‘Memórias de um Bipolar’**, de autoria do ex-diretor do SINDPREV-AL e funcionário aposentado do Ministério do Trabalho, Enaldo Simões está à venda por 25,00. Para adquirir a obra, basta enviar esse valor para o PIX do autor, que é o CPF 635.314.374-53. O livro será entregue de forma eletrônica em no máximo 24 horas. Mande comprovante de pagamento para Whatsapp: 99660-6422

Aos interessados, Enaldo solicita que mandem o comprovante do pix para facilitar o controle. Lembrando que 50% do valor pago pelo livro será destinado aos pacientes bipolares pobres em medicamentos. Haverá prestação de contas mensal.

O SINDPREV-AL apoia esta iniciativa cultural e de conscientização sobre o transtorno bipolar.

www.sindprev-al.org.br

O SUCCATEAMENTO DA EDUCAÇÃO segue como prioridade do governo BOLSONARO

A última demonstração deste projeto foi o veto a nove itens da Lei Complementar nº 194, que tiram bilhões do orçamento da educação e saúde com argumento de diminuir preço dos combustíveis.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Educação, CNTE, lançou campanha convocando todas as trabalhadoras e todos os trabalhadores para exigir das suas bancadas o voto pela derrubada do veto de Bolsonaro no Congresso Nacional. A medida eleitora de Bolsonaro pode, inclusive, afetar os salários das trabalhadoras e trabalhadores da educação.

A secretária geral do Sinteal e dirigente da CNTE, Gislene Lázaro, reforçou a necessidade da classe trabalhadora se posicionar contra essa medida. “Este é apenas mais um exemplo de como o governo Bolsonaro tem trabalhado pela precarização da educação. O povo não pode pagar pela incompetência dele na gestão da crise dos combustíveis. Por isso, é importante se posicionar contra esse veto que retira dinheiro da educação”, disse.

O Sinteal se une a CNTE nesta luta e se posiciona contra o veto de Bolsonaro aos 9 itens da LC nº 194!

A Educação Merece Respeito!

SINTEAL 30 anos

SOMOS FORTES SOMOS CUT

Urbanitários de Alagoas

urbanitarios-al.com.br sindicato@urbanitarios-al.com.br 3221-0880

URBANITÁRIOS ENTREGAM CARTA AO PRESIDENTE LULA PEDINDO A REESTATIZAÇÃO DA CHESF

Os/as Urbanitários de Alagoas, em evento realizado no dia 17 de junho em Maceió, entregaram ao pré-candidato à presidência Luis Inácio Lula da Silva - LULA, uma carta aberta destacando o papel estratégico da ELETROBRAS pública para o desenvolvimento econômico e social do Brasil e, reivindicando a urgente reestatização da estatal caso eleito em outubro próximo.

O documento foi entregue pelo diretor do Sindicato Lucas Nascimento, trabalhador da CHESF, que declarou “Hoje tive a oportunidade de representar a FRUNE/CNE e estar com o maior estadista brasileiro. Na oportunidade conversei sobre a reestatização da ELETROBRAS como sendo vital pro desenvolvimento de nosso país e tive a resposta que queria. A ELETROBRAS/CHESF voltará as mãos do povo brasileiro! Viva o povo brasileiro! Viva Lula!”.

A carta também pede empenho em relação pelo CANAL DO SERTÃO, obra de fundamental importância para o desenvolvimento do nordeste, em especial para os pequenos agricultores, no sentido de sua manutenção como serviço público, garantindo sua vocação de assistência aos mais pobres do nordeste brasileiro.

O documento destaca que a “ELETROBRAS, empresa histórica para o desenvolvimento nacional, regional, local e fronteiriço, com os melhores indicadores de robustez do setor elétrico, usinas amortizadas, capilaridade em todo território nacional, tarifas mais baixas para as famílias rurais e urbanas brasileiras, espinha dorsal da infraestrutura elétrica nacional, corpo técnico qualificado, mas que, infelizmente, o governo Bolsonaro entregou ao capital privado a preço de banana”.

